

JORNAL DA ALERJ

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ANO III Nº 109 Rio de Janeiro, de 6 a 12 de dezembro de 2005

Combate à covardia nos lares

Rony Maiz



No Brasil, a cada 15 segundos uma mulher é espancada pelo marido ou companheiro. Mais de 70% dos casos de violência contra a mulher ocorrem entre pessoas que têm relacionamento pessoal. A violência representa 7% dos casos de morte de mulheres entre 15 e 44 anos, e 15 mil estupros são registrados por ano. Os dados alarmantes foram apresentados pelas mulheres que se reuniram nas escadarias da Alerj no último dia 25, Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher. As manifestantes escolheram o Parlamento para se manifestar porque vêem nele um importante parceiro. “O Legislativo é fundamental para o fortalecimento do sistema

de proteção à mulher, porque as leis são o nosso instrumento de luta”, afirmou a coordenadora do Centro Especial de Orientação à Mulher (Ceom), da Prefeitura de São Gonçalo, Roseli Rocha. Legislativo e Executivo também trabalham na elaboração e implantação, respectivamente, de ações e políticas públicas para orientar mulheres vítimas de violência a denunciarem os agressores, sem colocar em risco a vítima e seus filhos. “Estamos trabalhando em consonância com a Alerj, para executar um trabalho eficiente e proveitoso”, afirmou a presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, Ana Maria Rattes.

PÁGINAS 4 e 5

*Solenidade
comemora os
60 anos da CNC*

PÁGINA 2

*Assembléia prepara
votação do
Orçamento 2006*

PÁGINA 3

*Deputado ouve
vítimas do atentado
ao ônibus 350*

PÁGINA 7

Alerj comemora 60 anos da CNC

PRESIDENTE DA ENTIDADE, ANTONIO DE OLIVEIRA SANTOS RECEBEU A MEDALHA TIRADENTES DURANTE A CERIMÔNIA

GEIZA ROCHA

A Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro comemorou os 60 anos da Confederação Nacional do Comércio (CNC), no último dia 30, homenageando o presidente da entidade, Antonio de Oliveira Santos, com a Medalha Tiradentes. Presidida pelo presidente da Alerj, deputado Jorge Picciani (PMDB), a sessão, proposta pelo deputado Renato de Jesus (PMDB), lembrou a trajetória da instituição e a participação de seu presidente no engrandecimento da CNC, do Serviço Social do Comércio (Sesc) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), subordinados a ela. “À frente da entidade desde 1980, Santos realizou inúmeras conquistas para o empresariado brasileiro que se refletiram de maneira positiva no âmbito social. Empenhada em harmonizar todas as atividades econômicas comerciais com os interesses superiores do País, a CNC hoje é uma instituição de inegável relevância, comprometida com o crescimento econômico e social”, afirmou Picciani.

O presidente da Fecomércio-RJ, Orlando Diniz, sublinhou a admiração que sente pelo presidente da CNC. “Fui apresentado ao mito Antonio de Oliveira Santos, conheci o homem e me orgulho de



Antonio de Oliveira Santos e os deputados Renato de Jesus e Jorge Picciani, no evento

fazer parte deste sistema que funciona sob o seu comando. Somos seus soldados e admiradores”, elogiou Diniz.

Em seu discurso, o presidente da CNC disse que, apesar da dificuldade de enumerar as diversas realizações, é possível ter uma idéia do tamanho da CNC analisando os números. “Hoje estamos em mais de dois mil municípios, onde 16 mil professores especializados atendem dois milhões de jovens em 1,4 mil salas de aula. Também dispomos do maior parque esportivo da América Latina, com 1,3 mil espaços desportivos. Além disso, realiza-

mos atendimentos dentários em 60 unidades móveis”, afirmou. Antonio de Oliveira Santos disse, ainda, que não pretende mudar a sede da instituição para outro estado: “O Rio será sempre o centro cultural e de turismo do País, e é a cidade mais bonita do mundo”.

Estiveram presentes o ex-ministro Bernardo Cabral, consultor da presidência e membro do Conselho Técnico da CNC, e o secretário estadual de Cultura e representante da Academia Brasileira de Letras, Arnaldo Niskier, além de representantes de associações empresariais.

Expediente

Publicação semanal do Departamento de Comunicação Social da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

PRESIDENTE:

JORGE PICCIANI

1º Vice-presidente:
Heleneida Studart

2º Vice-presidente:
José Távora

3º Vice-presidente:
Pedro Fernandes

4º Vice-presidente:
Fábio Silva

1º Secretária:
Graça Matos

2º Secretário:
Léo Vivas

3º Secretário:
Marco Figueiredo

4º Secretária:
Aparecida Gama

1º Suplente:
Leandro Sampaio

2º Suplente:
Eliana Ribeiro

3º Suplente:
Nelson Gonçalves

4º Suplente:
Acárisi ribeiro

Jornalista responsável:

Fernanda Pedrosa (MT-13511)

Coordenadora:

Fernanda Galvão

Repórteres:

Geiza Rocha

Luciana Ferreira

Pedro Motta Lima

Estagiários:

Augusto Carazza,

Andréia Quelhas, Clarisse Bretas

Dafne Capella, Franciane Lovati

Phelipe Cruz, Rony Maltz,

Thayssa Plum

Diagramação:

Marcelo Frauches

Coordenação Gráfica:

Aranha / Gráfica Alerj

Montagem:

Bianca Marques e Rodrigo

Graciosa

Tiragem:

2 mil exemplares

Tel: 2588-1404/1383 Fax:2533-6786

site: www.alerj.rj.gov.br email: dcs@alerj.rj.gov.br

Rua Primeiro de Março s/nº sala 506 - 20010-000 - Rio de Janeiro - RJ

FRASES DA SEMANA

“O moço forte da Rocinha garante! A polícia não garante, mas o pessoal da Rocinha garante! Nesse trecho eles não querem mais assalto, para não atrapalhar o negócio.”

Luiz Paulo (PSDB), criticando a notícia de que ordens de traficantes proibem assaltos entre o Humaitá e a Barra da Tijuca

“Nós deveríamos estar, hoje, dentro dos hospitais ou, aqui, fechados, fazendo greve de fome, para defender a população.”

Cidinha Campos (PDT), cobrando mais atenção dos parlamentares à crise nos hospitais das redes estadual e municipal



“O Colégio Pedro II está em greve. O Hospital Pedro II está em estado de coma. Será que existe uma urucubaca com este nome?”

Caetano Amado (PL), sobre a greve no Colégio Pedro II, que é federal, e sobre o caos na rede estadual de Saúde

Casa aprecia Orçamento no dia 14

DEPUTADOS APRESENTARAM MAIS DE NOVE MIL EMENDAS AO TEXTO ORIGINAL. TUCANO É O CAMPEÃO DE PROPOSTAS

Augusto Carazza

PEDRO MOTTA LIMA

O orçamento do estado para o ano que vem será votado, em segunda discussão, no dia 14. A data faz parte do cronograma feito pelo presidente da Comissão de Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, deputado Edson Albertassi (PMDB). Mas, antes disso, as 9.255 emendas apresentadas pelos parlamentares terão que receber pareceres. “Espero aprovar o parecer no dia 8 e fazer a primeira discussão no dia 12. No dia seguinte aprovamos o orçamento. Acho que será tranquilo”, afirmou Albertassi.

Mais uma vez, o campeão de emendas foi o deputado tucano Glauco Lopes, que apresentou 2.205 propostas. “Uma das funções dos deputados, além de fiscalizar o Poder Executivo e legislar, é ouvir a população. Entro em contato com prefeituras, câmaras municipais e associações de moradores, para saber quais as necessidades de suas comunidades e regiões. A partir destas respostas faço as emendas. Sinto-me obrigado a fazer isto”, explicou Glauco Lopes.

A diminuição de emendas apresentadas, em relação ao ano passado, quando foram propostas 10.595, surpreendeu o presidente da comissão de Orçamento, que encarou a mudança de forma positiva. “Achei que, por ser um ano eleitoral, o número iria aumentar. Mas venho fazendo um trabalho, há três anos, para conscientizar os deputados de que quantidade não é tudo. Estamos tendo retorno, pois durante os debates os parlamentares já estão mais preocupados com as questões macro do estado”, disse Albertassi.

O deputado Luiz Paulo (PSDB) acredita que o orçamento terá um grande avanço quando for aprovada uma emenda constitucional de sua autoria, que garante um percentual do orçamento para as emendas dos deputados. “Seria um valor igual para cada um dos 70. Desta forma, independentemente de ser situação ou oposição, os deputados po-



Edson Albertassi disse que lutará para aprovar emendas que totalizem até R\$ 500 milhões

Mais de seis mil emendas para programas fiscais

§ Ao todo, foram apresentadas pelos deputados 9.255 emendas ao texto original, enviado pela governadora Rosinha Garotinho.

§ Deste total, 6.899 emendas são destinadas a programas fiscais – o que envolve setores do estado como Segurança, Educação e Transportes.

§ Os deputados elaboraram, ainda, 2.166 emendas para a área de seguridade, que abrange o RioPrevidência e ações voltadas para a assistência social.

§ Também foram apresentadas

137 emendas de investimento, ou seja, propondo novas frentes de trabalho e desenvolvimento para o Executivo.

§ Além disso, 53 emendas foram apresentadas para mudar o texto de partes do Orçamento.

§ O balanço da atuação dos parlamentares revela, ainda, os campeões de emendas. Em primeiro lugar, pelo terceiro ano consecutivo, ficou o deputado Glauco Lopes (PSDB), com 2.205 solicitações. Em seguida, vêm os deputados José Nader (PTB), com 872, e Aparecida Gama (PMDB), com 433 emendas.

deriam legislar para suas comunidades e direcionar verba para o que consideram mais importante para a população do estado”, disse. Ele acredita que, das mais de 9 mil emendas, apenas 300 serão anexadas ao orçamento. “Acho que a comissão vai liberar uns R\$ 200 milhões para as emendas, mas sem garantia de execução”, acredita Luiz Paulo.

Albertassi, no entanto, já afirmou que pretende aprovar um montante de emendas que juntas somam R\$ 500 mi-

lhões. “Em 2001 chegaram a aprovar R\$ 1,2 bilhões para emendas. No ano seguinte foram R\$ 1,4 bilhões. Quando passei a presidir a comissão reduzi este valor para R\$ 290 milhões e fui aumentando aos poucos, conforme a realidade do estado. Não adianta aprovarmos várias emendas que não serão executadas. Temos que trabalhar com o real. Vamos separando as emendas por grupos de trabalho e depois damos os pareceres”, explicou Albertassi.

Vítimas da violência doméstica

Leis aprovadas buscam diminuir a dor das mulheres agredidas

THAYSSA PLUM E AUGUSTO CARAZZA

L. C., 58 anos, está casada há 33. Com duas filhas, ela sofre violência psicológica, na forma de ofensas e insultos, e quase foi agredida fisicamente pelo marido. “Quando minha filha mais velha tinha quatro anos, ele veio para cima de mim com uma faca na mão. Eu gritei e os vizinhos conseguiram segurá-lo. Quando vou trabalhar, ele diz que eu estou indo me prostituir, que não presto e que tenho outro homem”, conta L. C. Quer se separar há muito tempo, mas estava esperando as filhas crescerem – a mais nova tem hoje 17 anos – e tem medo, porque o marido a ameaça. Além disso, ela quer o direito de continuar morando onde está, mas a casa está no nome do marido. Há dois anos, ela buscou o Centro Integrado de Atendimento à Mulher (Ciam), do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (Cedim). Criado a partir da Lei 2.899/98, de autoria da deputada Alice Tamborindeguy (PSDB), que obriga o estado a manter centros de referência da mulher, o serviço já recebeu 10.620 mulheres vítimas de violência física, psicológica ou sexual.

Iniciativas como a da deputada tucana ajudam a mudar a história de mulheres como L. C. No Ciam, por exemplo, as vítimas recebem orientação jurídica – sobre divórcio, pensão e guarda dos filhos – e psicológica. “Participo de um grupo de reflexão às quartas-feiras, onde eu renasço”, diz L. Ela afirma que, aos poucos, foi perdendo o medo, porque encontrou apoio. “Com o auxílio do Ciam, vou conseguir resolver minha vida. O ano de 2006, para mim, será um ano de renovação e paz”, garantiu. “O trabalho eficiente do Ciam e a demanda de mulheres que precisam de orientação mostra que é preciso mais centros como esse, para atender a todo o estado”, afirma Tamborindeguy.

Além de propor leis, os parlamentares

também buscam fazer com que elas sejam cumpridas. Foi o que aconteceu no Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher, lembrado em 25 de novembro. Na ocasião, os deputados Carlos Minc e Cida Diogo, ambos do PT, engrossaram o coro das militantes de movimentos em defesa da mulher, que pediam a inauguração de casas-abrigo em São Gonçalo e São João de Meriti, para mulheres vítimas de violência. As unidades são fruto da Lei 2.449/95, de autoria da ex-deputada Rose Souza. “A casa-abrigo de São João de Meriti já está construída, e falta pouco para a conclusão da obra da casa-abrigo de São Gonçalo”, informou Cida Diogo, ao pedir a liberação da verba pelo Governo do estado. A presidente do Cedim, Ana Maria Rattes, anunciou que o Executivo irá inaugurar a casa-abrigo de São João de Meriti no dia 8. O Cedim é responsável pela capacitação dos profissionais que trabalharão no local. “A equipe para a casa-abrigo de São João de Meriti já foi treinada. Lá, haverá advogados, psicólogos, assistentes sociais e pedagogos”, informou Ana Maria.

Segundo ela, a parceria entre Legislativo e Executivo é essencial para a luta em defesa da mulher. “A bancada feminina da Alerj nos dá um apoio fundamental. As deputadas, em seminários e audiências públicas, debateram diversos assuntos relevantes para, posteriormente, apresentar emendas ao Orçamento e lutar por mais recursos para esta causa”, afirmou Ana Maria, completando que um exemplo da união entre os dois poderes é o carro utilizado pelo Cedim, doação do presidente da Alerj, Jorge Picciani (PMDB).

Carlos Minc e Cida Diogo comemoraram, ainda, a Lei 4.638/05, sancionada pela governadora Rosinha Garotinho no início do mês de novembro. A lei torna obrigatório que os profissionais de saúde que prestam atendimento nos serviços da rede pública ou privada notifiquem, em formulário oficial, todos os casos de violência contra a mulher, declarados pela vítima ou presumidos pelos profissionais. “A violência contra a mulher não é apenas um caso de polícia, mas também de saúde pública”, defendeu Cida. Segundo a pesquisadora da área de violência do-

méstica do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (Cesec), da Universidade Cândido Mendes, Bárbara Soares, a lei contribui em dois sentidos. “Em primeiro lugar, porque traz mais informações sobre as situações em que a violência acontece, o que ajuda nas pesquisas e, conseqüentemente, na elaboração de políticas públicas. Em segundo lugar, porque envolve também o sistema de saúde com o problema”, defende.

A deputada Heloneida Studart (PT) também considera a agressão à mulher um caso de saúde pública. A Lei 4.158/03, de sua autoria, obriga que todas as unidades hospitalares conveniadas ao Sistema Único de Saúde (SUS) ofereçam diagnóstico e reparo imediato das lesões físicas, amparo psicológico, agilização do registro da ocorrência, encaminhamento a delegacias especializadas e medicação para prevenir doenças sexualmente transmissíveis. “Aliar o atendimento médico às facilidades de acesso à polícia beneficiam a efetividade da punição”, afirma Heloneida.



Manifestantes pedem a abertura de centros

encontram ajuda no Parlamento



Dafne Capella

C., que sofre violência psicológica por parte do marido, procurou auxílio no Ciam

Outras garantias

⇒ **Lei 1.800/91** – Do deputado Alberto Brizola (PDT), a lei proíbe que mulheres vítimas de crime sejam atendidas por policiais homens em Delegacias de Mulheres.

⇒ **Lei 2.802/97** – A lei, da deputada Alice Tamborindeguy (PSDB), obriga policiais em serviço nas delegacias a informar às mulheres grávidas em decorrência de estupro, que recorrerem às unidades, que o aborto é permitido, de acordo com a legislação federal.

⇒ **Lei 1.766/90** – De autoria do ex-deputado Godofredo Pinto, determina que as mulheres vítimas de violência física sejam atendidas por médicos legistas do mesmo sexo.



Rony Maltz

de atendimento à mulher na Baixada

Delegacia especializada e 0800

O compromisso do Legislativo com o combate à violência contra a mulher não é recente. Aprovada pela Alerj em 1988, a mensagem do Executivo que regulamenta as Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (Deam) resultou, até agora, em nove delegacias, sendo cinco delas Delegacias Legais. “As mulheres agredidas não precisam registrar queixa nas delegacias especiais. No entanto, a procura pela Deam é grande. Em 2004, somente as delegacias especiais receberam 32 mil denúncias”, informou a coordenadora das Deam, Inamara Costa.

Dentro da Alerj, o espaço para informação e orientação também vai aumentar. Aprovado em setembro, o projeto de resolução 1.171/05, de autoria da presidente da Rede de Mulheres Parlamentares das Américas, deputada Aparecida Gama (PMDB), cria o SOS Mulher, serviço

0800 para receber denúncias de violência. “Encaminharemos os casos para as delegacias especiais e, se for preciso, mandaremos psicólogos para ajudar as famílias”, explicou a parlamentar. O serviço deve ser instalado até janeiro.

A deputada está elaborando, ainda, o serviço Olá, Mulher. O projeto compreende um ônibus itinerante para as comunidades do interior, com psicólogos, ginecologistas, defensores públicos e especialistas da Uerj, que darão orientações sobre saúde, direitos trabalhistas e família. “Há muitas pessoas que acreditam que o único papel da mulher é ser mãe, e por isso vemos tantas adolescentes grávidas nas comunidades de baixa renda”, diz a parlamentar. O projeto será custeado pela Alerj, em parceria com a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

EM DEBATE: EXISTE INTERFERÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO NO LEGISLATIVO?

GILBERTO PALMARES

DEPUTADO ESTADUAL PELO PT

Harmonia necessária

Leandro Rosa



A independência dos poderes, consagrada pela Constituição de 1988, é um dos pilares da democracia brasileira e como tal deve ser respeitada no interesse do próprio País. Se não cabe ao Poder Judiciário tomar decisões pelo Legislativo, também não é razoável que este só aceite as deliberações do Judiciário quando é conveniente a determinados interesses.

Se o Judiciário tomasse como regra fazer o que setores do Legislativo consideram correto, ainda que contrariando os ritos processuais, estaria na verdade se submetendo ao Legislativo e isso não seria bom para ninguém, principalmente para o Estado de Direito.

Nossa história é cheia de casos de submissão do Judiciário ao Executivo que foram dolorosos para o Brasil. Leis foram abolidas e modificadas ao sabor dos interesses dos ditadores de plantão, que alteraram inclusive as regras eleitorais e ignoraram o eleitor para garantir a maioria – não podemos nos esquecer dos senadores biônicos.

A Constituição de 1988 – elaborada num período de extraordinária mobilização da sociedade, que participou ativamente desse processo –, quis evitar que esse fato se repetisse. E a Constituição estabelece que todos os cidadãos têm direito a defesa. E se em sua defesa o cidadão

recorre a todas as instâncias, é direito dele.

No caso da polêmica sobre o ex-deputado José Dirceu, a postura de alguns membros do Legislativo, particularmente da oposição ao governo Lula, tam-

“A relação do Legislativo com o Judiciário está sujeita a trovoadas”

bém deve ser questionada. Pois os mesmos que atacaram o Supremo Tribunal Federal (STF) quando este tomou decisões favoráveis a José Dirceu, festejaram efusivamente quando o STF, a pedido da oposição, determinou que fosse instalada a CPI dos Bingos. Que, diga-se de passagem, até hoje só ouviu um dono de bingo.

A relação entre o Poder Legislativo e o Judiciário está sujeita a chuvas e trovoadas. Mas, acima de tudo, o que ambos devem ter em mente é que a harmonia dos poderes é garantia de continuidade democrática. E da democracia, a sociedade brasileira não abre mão.

PAULO RAMOS

DEPUTADO ESTADUAL PELO PDT

Princípio básico

Augusto Carazza



A independência entre os poderes Executivo, Judiciário e Legislativo é um princípio que não surge na história das sociedades como um dado natural e espontâneo, nem como uma dádiva dos governantes. A separação dos poderes é uma conquista dos povos de múltiplas nações que, ao longo dos séculos, lutaram e construíram a democracia como a conhecemos hoje.

No Brasil, o Estado de Direito consagrado pela Constituição de 1988 é uma conquista decisiva do povo brasileiro após décadas de luta contra a ditadura militar. Nos últimos tempos, com o acirramento dos embates sociais e políticos, com as inúmeras denúncias de corrupção e desvios de administração pública contra e dentro dos governos federal e estadual, tornou-se comum recorrer ao Judiciário para tentar criar situações de caráter político, impedir o processo legislativo normal, ou simplesmente produzir fatos que repercutam na imprensa em favor dos acusados.

Assistimos às tentativas do ex-deputado federal José Dirceu, do PT, suspeito de comandar a corrupção do mensalão, de procurar envolver o STF em suas torpes manobras para postergar e impedir o trâmite do processo de cassação na Câmara e no Conselho de Ética. Ou seja, tenta jogar o Judiciário contra o Legislativo, e vice-versa, desrespeitando as atribuições específicas das instituições democráticas brasileiras.

“O avanço da democracia exige instituições soberanas”

No Rio de Janeiro, tivemos a ingerência indevida do Judiciário no processo legislativo. O projeto de tombamento da APA-Marapendi, de minha autoria, aprovado em segunda dis-

cussão na Alerj e enviado à sanção da governadora Rosinha Garotinho, foi objeto de uma liminar que impediu sua tramitação normal. Trata-se de uma situação irresponsável e descabida que deve ser rejeitada de modo veemente. Por outro lado, é importante que, no próprio Legislativo, sejam garantidos os meios adequados para o exercício pleno das atividades parlamentares, com respeito à Constituição e ao regimento interno, de modo a evitar a ditadura da maioria. A permanência e o avanço da democracia exigem instituições soberanas, independência dos poderes e a valorização do mandato como expressão maior da vontade popular.

Ajuda às vítimas de atentado a ônibus

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA CASA VAI ACOMPANHAR DE PERTO A INVESTIGAÇÃO DO CASO

PHELIPE CRUZ

O presidente da Comissão de Direitos Humanos da Alerj, deputado Geraldo Moreira (PMN), ouviu, no dia 1º, o relato de Luciana Gomes Sobrinho e Tatiane Santana da Silva, que foram vítimas do ataque ao ônibus da linha 350 (Passeio-Irajá), incendiado na noite de 29 de novembro, na Penha, Zona Norte do Rio. Em visita à 38ª Delegacia de Polícia (Vila da Penha), onde também conversou com o delegado Antonio Carlos Calazans, o parlamentar reprovou o ato cometido pelos integrantes da quadrilha, que matou cinco passageiros e deixou 14 feridos. “É um atentado contra a população, uma cena de horror. Queremos saber como foi o caso. Iremos falar com as vítimas hospitalizadas e com os familiares destas pessoas”, disse o deputado, que trouxe para a comissão o Registro de Ocorrência e a relação das vítimas hospitalizadas. “Estamos atentos ao caso. Vamos receber por fax todos os depoimentos que forem realizados na delegacia e visitar as vítimas”, afirmou Moreira.

Segundo o presidente da comissão, uma das vítimas reconheceu um dos ra-



Phelipe Cruz

Geraldo Moreira foi à 38ª Delegacia de Polícia ouvir o relato das testemunhas do crime

pazes encontrados mortos, no dia 01, dentro de um Meriva prata abandonado na esquina das ruas Bento Cardoso e Jacaraú, perto do local do incêndio, como sendo um dos autores do atentado. “É preciso que haja o reconhecimento dos outros participantes do atentado. A comissão irá apurar cada detalhe desta barbárie”, afirmou Geraldo. De acordo com a estudante Tatiane Santana da Silva, os bandidos entraram no ônibus sem dar tempo de os passageiros saírem. “Eles mandaram a gente

descer, mas a porta não abria. O fogo já tomava conta do ônibus, a fumaça era grande e muitas pessoas desmaiaram. Não dava para ver nada”, contou a vítima, que teve queimaduras no ombro esquerdo.

A estudante Luciana Gomes Sobrinho, que conseguiu escapar ilesa, disse que terá dificuldades em reconhecer os rostos dos bandidos. “Era noite e eu só tinha olhos para as pedras que eles tinham nas mãos. Só pensava em me salvar, em sair daquele ônibus”, afirmou.

CURTAS

PPDs e transporte

A presidente da Comissão de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiência, deputada Georgette Vidor (PPS), propôs, em audiência realizada no dia 1º, a criação de uma comissão especial para tratar dos assuntos relativos ao transporte público de pessoas com deficiência, averiguando as falhas existentes no sistema e as denúncias recebidas pela comissão. “Não há outra alternativa. A comissão já fez várias audiências públicas e não avançamos. Recebemos muitas denúncias de portadores de deficiência reclamando do transporte público”, lamentou a parlamentar.

Papai Noel Bonifácio antecipa o Natal na Assembléia

Descontração e paz nesse clima de violência em que estamos vivendo. Esta é a mensagem de final de ano do deputado José Bonifácio (PDT), que, vestido de Papai Noel, visitou os gabinetes de seus pares no dia 1º. É a primeira vez que ele usa tal traje na Casa, mas em família é comum vê-lo vestido de “bom velhinho” nesta época do ano. “Essa idéia partiu da minha irmã há alguns anos. Desde então, visito creches e escolas de Cabo Frio”, conta o ex-prefeito da cidade.



Rony Maltz

José Bonifácio percorreu os gabinetes do Anexo

ENTREVISTA EDMILSON VALENTIM

DEPUTADO PELO PCdoB

'É necessário fazer investimentos'

AUGUSTO CARAZZA

O desenvolvimento econômico do estado está diretamente relacionado à produção de energia, principalmente a proveniente do petróleo: o carro-chefe da economia fluminense. Esta vinculação é defendida com veemência pelo presidente da Comissão de Minas e Energia, deputado Edmilson Valentim (PCdoB), que destaca as matrizes energéticas como peças fundamentais para o crescimento do Rio. O parlamentar demonstra otimismo com essa conjuntura: "Nós vamos crescer ainda mais, pois o País vai atingir a auto-suficiência da produção de petróleo graças ao Estado do Rio de Janeiro". Há três anos à frente da comissão, Valentim afirma que o saldo dos trabalhos é positivo, sobretudo no que tange às discussões sobre petróleo e gás. Para o futuro, o deputado pretende ampliar os debates sobre energias alternativas. É uma lacuna que vamos sanar", promete.

Na sua opinião, qual o balanço da comissão?

Temos procurado discutir questões importantes, que dizem respeito ao desenvolvimento do estado do Rio. Notadamente, a questão energética. Realizamos uma série de audiências públicas, fizemos uma grande discussão sobre Angra III, sobre a Ampla, a Light e a CEG. A construção de plataformas tem sido, também, uma das preocupações da comissão, que tem participado de eventos inclusive fora da Assembléia. Recebemos delegações de empresas que estão fazendo investimentos no Brasil, como as da Rússia. Foi isso que motivou a ida de parlamentares e empresários à Rússia e à Sibéria. Foi um trabalho político da nossa parte.

Nestes três anos à frente da Comissão, alguma lacuna foi deixada em aberto?

Poderíamos ter feito mais debates sobre energias alternativas. Acho que nosso



Dafne Capella

grande papel é ajudar na diversificação da matriz energética no nosso estado. Quanto mais fontes de energias alternativas disponíveis, maiores serão as garantias de que não faltará combustível para o nosso desenvolvimento. Mas o saldo foi positivo, principalmente no que se refere ao petróleo.

"Existe uma usina comprada, Angra III, que precisa ser instalada"

Mas, não pode ser perigoso, principalmente se ocorrer uma crise no setor?

A curto-prazo não é perigoso, até porque há uma diversificação industrial no nosso estado. Temos o pólo gás-químico, o siderúrgico, o petroquímico. Enfim, investimentos que contribuem para a dinamização da nossa economia.

Quais são os planos para 2006? A discussão sobre as energias alternativas estará na pauta da comissão?

Sim. Nós estamos pensando exatamente em ampliar mais esta discussão e fazer um acompanhamento da produção e elaboração das energias alternativas. É uma lacuna que temos que sanar.

Como o senhor avalia a oferta de energia no Rio e no Brasil?

Esta oferta, assim como o risco de apagões, foi fruto de audiência pública, em 2003. Estamos fiscalizando as ações do Governo estadual e da União, para aumentar a oferta de energia no nosso estado. É necessário que os governos façam investimentos, para evitar a escassez de energia.

Com tantos recursos hídricos, no Brasil, existe a necessidade do uso da energia nuclear?

Dominar o ciclo do urânio é uma questão de desenvolvimento tecnológico. É uma questão de soberania. Quem tiver acesso ao conhecimento tem força para negociar no mundo. Sem falar que existe uma usina praticamente comprada, que é Angra III, que precisa ser instalada, senão perderíamos essa demanda de energia. Investir neste setor será um passo importante.